

OS TEMPOS DA INDEPENDÊNCIA: ENTRE A HISTÓRIA DISCIPLINAR E A HISTÓRIA COMO SERVIÇO

 *Rodrigo Turin*^{1,2}

RESUMO

Este ensaio se propõe a pensar o arco temporal que vincula o evento da Independência com a disciplina histórica, em seus diferentes momentos. A questão central que se busca explorar é o emergente conflito entre duas modalidades distintas de representação histórica, uma herdada do horizonte conceitual da Independência, outra formulada dentro de uma nova rede semântica socioeconômica. Por meio da análise de um caso específico, representado pela empresa Brasil Paralelo, busca-se uma compreensão do modo de funcionamento dessa nova modalidade de representação histórica, denominada aqui de “história como serviço”.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia – tempo – Independência.

1 UNIRIO. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil.

2 Doutor em História, membro coordenador do Laboratório de Estudos em Teoria, Historicidade e Estética - LETHE. E-mail: rodrigoturin@gmail.com.

THE TIMES OF INDEPENDENCE: BETWEEN DISCIPLINED HISTORY AND HISTORY-AS-A-SERVICE

ABSTRACT

This essay analyzes the temporal arc that links the Independence of Brazil with the History field in its different moments. The central issue to be explored is the emerging conflict between two distinct forms of historical representation, one inherited from the conceptual horizon of Independence, the other formulated within a new socio-economic semantic network. By analyzing the specific case of the company Brasil Paralelo, we verify how this new type of historical representation works, here called “history-as-oa-service”.

KEYWORDS

Historiography – time – Independence.

Não usamos impunemente a linguagem do vencedor. Acabamos por assimilá-la e passamos a viver conforme o modelo que ela nos dá.

Victor Klemperer, *A linguagem do Terceiro Reich*³

1. Independência como acontecimento histórico

Aproximando-se o bicentenário da Independência, pensar o lugar que ela ocupa hoje enquanto evento histórico significa enfrentar as próprias condições de possibilidade de sua representação disciplinar. Afinal, um dos sentidos mais fortes desse evento, aquilo que ele abria como horizonte, era justamente a elaboração das linguagens e das instituições que possibilitaram e, ao mesmo tempo, condicionaram a representação de si mesmo enquanto acontecimento histórico. As noções de *nação*, *Estado*, *soberania*, *cidadania*, entre outras, ao mesmo tempo que davam forma a esse novo corpo político, serviam também como meios de sua representação historiográfica. A coisa (*res*) e a sua representação (*verba*) espedavam-se de um modo especial, configurando nessa correlação suas possibilidades e seus limites.

Esse evento se torna, por isso mesmo, um momento axial, divisor do tempo, estabelecendo um antes e um depois. Ou, ainda, um evento que dá ordem ao tempo – no duplo sentido de “organizar” e também de “obrigar”, “impor” um certo sentido à distensão temporal. Um evento “revolucionário”, portanto, como destacou João Paulo Pimenta:

Creio que a historiografia precisa considerar que a profundidade e a amplitude da ruptura promovida pela Independência só podem ser explicadas a partir também de uma lenta, mas segura, alteração, *ver-*

3 KLEMPERER, Victor. *A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019, p. 309.

dadeiramente revolucionária, nas formas de pensar, representar e transformar o mundo; dentre elas, a possibilidade de mudanças substantivas em referenciais identitários e em projetos nacionais que, ao serem criações de uma nova ordem política, são parcialmente responsáveis também pelo advento destas.⁴

No horizonte aberto por esse evento, a história disciplinar viria a assumir um papel fundamental como lugar de enunciação, criando e, ao mesmo tempo, controlando a sua dispersão interpretativa e política, balizando inclusive os termos em função dos quais o dissenso poderia ocorrer. No próprio movimento de formação dessa nova experiência política, em meio aos embates que antecederam e se seguiram à proclamação da independência, a escrita da história tornava-se um fator fundamental da própria realização de seu sentido⁵. Com a posterior criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), esse verdadeiro “centro de cálculo”, a disciplina ganharia sua primeira roupagem institucional, legitimando-se como dispositivo central de sincronização social. Caberia a ela posicionar diferentes sujeitos, espacialmente distintos, em um mesmo tempo – fazendo-os reconhecer-se em um mesmo presente, herdeiros de um mesmo passado, construtores de um mesmo futuro⁶. A Independência, enfim,

4 PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 53-82, 2009. p. 75.

5 ARAUJO, Valdei Lopes de. José da Silva Lisboa e as narrativas da emancipação. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante. *Historiografia, cultura e política na época do Visconde de Santarém (1791-1856)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019. p. 47-68; NEVES, Lucia M. Bastos Pereira das. A linguagem política da Independência: Brasil, 1821-1823. *Pasado Abierto*, Mar del Plata, v. 2, n. 4, p. 61-85, 2016; PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para o estudo da ideia de emancipação na América e sua leitura no Brasil (1808-1822). *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 88-99, 2010.

6 GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008. p. 393-414; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 1994. 388 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

dispara esse processo (lento, tortuoso, conflitivo) de disciplinarização da história, estruturando o próprio tempo e as linguagens que seriam por ela narrados⁷.

Interrogar esse evento no nosso presente, com tudo o que ele acarreta como herança historiográfica, significa enfrentar as implicações – a meu ver, fundamentais – de aqueles mesmos conceitos que possibilitaram e condicionaram a sua representação encontrarem-se hoje cada vez mais problematizados, contestados, se não esvaziados de sentido. Se o momento de aceleração do tempo vivido no início do século XIX promoveu o surgimento de toda uma nova rede semântica, com sua temporalidade própria, em nossa contemporaneidade uma nova onda de aceleração e dessincronização social parece estar promovendo o esfacelamento daquela herança. Alguns autores, inclusive, não hesitam em denominar o nosso presente como um novo *Sattelzeit*, aquele tempo de transição que Koselleck⁸ mapeou como antessala da modernidade e que as pesquisas promovidas pelo projeto Iberoconceptos também identificaram no mundo ibérico durante os processos de independência na América⁹. Se o *Sattelzeit* é pensado como um tempo intervalar, de *brecha*, aquilo que se situa entre um antes e um depois, talvez ele também possa ser pensado como um movimento de *dessincronização*, quando os tempos sociais se desencontram, se desestruturam, sem que uma nova sincronização se

7 NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pero Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Sobre os ricos debates acerca da historiografia da Independência, cf. COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *A independência brasileira: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 53-118; MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 19-52; PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil: um balanço da produção historiográfica recente. In: CHUST, Manuel; SERRANO, José Antonio (ed.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: Ahila-Iberoamericana, 2007. p. 143-158.

8 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

9 SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Madrid: Ministerio de Cultura, 2009.

imponha como norma e forma hegemônicas. A passagem do Antigo Regime ao Estado-nação poderia espelhar, assim, uma correlata de-formação e dessincronização contemporânea da nossa experiência histórica e historiográfica, implicando igualmente uma dessincronização da relação entre a disciplina, os conceitos e as instituições que foram criados nos processos revolucionários do final do século XVIII e início do XIX.

Dentre os inúmeros diagnósticos realizados a respeito desse estado de transição do nosso presente, podemos tomar a seguinte colocação de Giorgio Agamben como um ponto de referência para começar a pensar esse arco temporal:

E assim como a grande transformação da primeira revolução industrial havia destruído as estruturas sociais e políticas e as categorias do direito público, do *Ancien Régime*, do mesmo modo os termos soberania, direito, nação, povo, democracia e vontade geral encobrem agora uma realidade que não tem mais nada a ver com aquilo que tais conceitos designavam, e quem continua acriticamente servindo-se deles não sabe literalmente o que está falando. [...] A política contemporânea é esse experimento devastador, que desarticula e esvazia em todo o planeta instituições e crenças, ideologias e religiões, identidades e comunidades, para voltar depois a repropor a sua forma definitiva nulificada.¹⁰

Se a posição de Agamben pode soar enfática, não faltariam outros diagnósticos para reforçar a percepção de corrosão daqueles “conceitos fundamentais” da modernidade. O próprio Javier Fernández Sebastián, organizador do projeto Iberoconceptos, formulou algo semelhante: “Conceitos que até pouco acreditávamos imprescindíveis, sólidos e pouco menos que irrevocáveis, começaram agora a parecer-nos esquemas provisórios, frágeis e contingentes, quando

¹⁰ AGAMBEN, Giorgio. Notas sobre a política. In: AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 101-102.

não francamente residuais e obsoletos”¹¹. Diante de tais diagnósticos, o que significa, hoje, fazer uma história da Independência? Na medida em que a própria linguagem que cimentou a relação entre o evento e a disciplina parece estar se dissolvendo, como figurar historiograficamente esse passado fundador? O historiador contemporâneo poderia, assim, perguntar-se: tornou-se a Independência um “país estrangeiro”?

2. *As (in)dependências da disciplina histórica*

Considerando o arco temporal dessa relação entre o evento e a disciplina, poderíamos destacar três momentos fortes. Obviamente essa divisão, como qualquer divisão do tempo, não deixa de ser arbitrária e esquemática, fazendo injustiça a toda a complexidade dos fenômenos ali situados, que foram, nos últimos anos, tão bem analisados pela historiografia. O objetivo aqui é apenas, como em uma caricatura, reforçar certos traços a fim de encaminhar o eixo da argumentação, fazendo ver os aspectos principais que configuram os momentos de emergência, de crise, assim como as linhas de fuga abertas no presente.

Em um primeiro momento, referente à própria emergência da relação, a história encontraria a sua forma disciplinar e se institucionalizaria como dispositivo estatal de sincronização social. Essa fase implica pensar toda a articulação entre Estado, soberania, nação, identidade e cidadania, incidindo em uma política pedagógica que acabaria por tornar obrigatório e expandir o ensino da história, com todas as limitações que até hoje existem no alcance do sistema de ensino brasileiro. De todo modo, a vinculação estreita entre o reconhecimento da soberania de um Estado independente e a sua representação historiográfica passava pela organização disciplinar e seu ensino, temporalizando os sujeitos em função das linguagens, dos

¹¹ SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). *Conceptos políticos, tiempo e historia*. Santander: Editorial de la Universidad Cantabria, 2013. p. XVII.

símbolos e das instituições que materializavam a nação. Para superar a fragmentação identitária do Antigo Regime em nome da elaboração de uma identidade nacional, caberia à representação histórica sincronizar os indivíduos de diferentes regiões, fazendo-os reconhecer a simetria entre a forma de um território único e a sua singular temporalidade¹².

É dessa fase o estabelecimento e a sedimentação dos períodos históricos, de seus atores, de seus símbolos, de seus tropos narrativos, assim como de suas exclusões e hierarquias. Da criação do IHGB e do Colégio Imperial Pedro II à organização e ampliação do sistema de ensino público e privado, a disciplina consolidou-se como um instrumento de produção de reconhecimento e de inserção no tempo nacional. Essa singularidade do tempo da nação não implicava, contudo, falar em homogeneidade de seus agentes. A unidade da história nacional, desenhada desde a Independência, compunha-se de uma clara hierarquização interna de lugares e de papéis, que resultava em uma verdadeira divisão dos saberes. História, etnografia e economia, com seus diferentes protocolos discursivos, ocupavam-se de modos distintos dos papéis de brancos, índios e negros. Fundando-se em oposições como oralidade/escrita, espaço/tempo, consciência/inconsciência, identidade/alteridade, essas disciplinas não deixavam de ressoar as diferentes disposições sociais de seus objetos¹³.

Enquanto subalternos, se pudessem falar, o que mulheres, índios e escravos fariam, naquele momento, sobre a Independência? Que “história potencial” emergiria dali¹⁴? Talvez designassem o evento como um “eterno retorno do encontro”, para parafrasear Ailton Krenak, desenhando com isso outra temporalidade, um tempo outro,

12 JANCÓSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira: 1500-2000: formação: histórias*. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2000. p. 129-175.

13 TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

14 AZOULAY, Ariella Aisha. *Potencial history: unlearning imperialism*. New York: Verso, 2020.

que esvaziaria o momento fundador reivindicado pelo acontecimento historicista da Independência¹⁵. Nesse sentido, antes de ser um evento singular, ao mesmo tempo processual e de ruptura, dentro do código historicista, a Independência seria inserida em uma forma específica de contiguidade, informada por categorias intelectuais distintas e marcada pelo movimento repetido de colonização, dominação e segregação vivenciado pelas populações indígenas desde 1500¹⁶. Ou então, sob outro viés, a Independência poderia ser vista como um falso evento, uma ruptura em função da reprodução, em que a abstração dos conceitos de emancipação, liberdade e cidadania se desenharia em oposição à continuidade da condição social de toda uma população escravizada. Como sintetizou Frederick Douglass, quando convidado a celebrar a Independência dos Estados Unidos: “Sua elevada independência só revela a distância imensurável entre nós”¹⁷.

Esse déficit de representatividade dos conceitos não deixava de implicar, no entanto, a sua potencialidade, ou seja, a abertura de futuros possíveis. Do mesmo modo que Marx identificou nas revoltas de 1848 o uso dos conceitos elaborados pela burguesia durante a Revolução Francesa, voltados agora contra ela mesma – ampliando assim o seu potencial de universalização –, é possível afirmar que os vazios da linguagem abertos no processo de emancipação também viriam a ser ocupados como espaços de disputa, contestação e reivindicação quando o sistema social de representação historiográfica viesse a ser alterado, democratizando-se¹⁸.

É nessa segunda fase da relação entre historiografia e Independência, marcada por um processo de maior autonomia e democrati-

15 KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23-31.

16 Sobre a noção de código historicista e sua (in)capacidade de traduzir outros códigos, cf. SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 173-189, 2013.

17 DOUGLASS, 1852 apud FANTON, Marcos; MAIA, Tatiana Vargas. O significado do 4 de Julho para o negro, de Frederick Douglass. *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. e27-e59, 2017. p. e41.

18 MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

zação institucional da disciplina, que aquela relação umbilical entre historiografia e Estado seria complexificada e tensionada. Refiro-me, aqui, ao período desde a criação das universidades até a institucionalização e a recente democratização dos programas de pós-graduação, quando é formado um corpo de especialistas mais diversificado socialmente e com relativa autonomia. Nesse processo, estabelece-se uma nova relação entre cientificidade, representação historiográfica e conceitos como cidadania, soberania e povo. No mesmo movimento em que se definem critérios mais rígidos de profissionalização da historiografia, tanto teórico-metodológicos quanto institucionais, há uma renovação do vínculo entre a pesquisa, o ensino de história e a formação da identidade nacional. Ainda que no Brasil esse processo tenha sido bastante tardio, se comparado a outros países, é sensível que a partir da década de 1980 se deflagra a intensificação de uma produção cujo viés crítico e mais autônomo provoca certa desestabilização do tempo herdado da disciplina¹⁹. Com diferentes vieses metodológicos e políticos, impulsionada pelo processo de redemocratização e de políticas de inclusão nas universidades, essa produção historiográfica tanto revisa certos temas consagrados como também ataca os silenciamentos herdados. Os debates acerca da relação entre a formação do Estado-nação e o sistema colonial, o papel estrutural da escravidão, a inserção de uma história da África, o investimento em uma história indígena, a emergência das questões de gênero, as análises das dimensões conceituais da experiência política e o resgate de trajetórias de personagens “menores” e excluídos são apenas alguns dos temas que possibilitaram e vêm possibilitando uma visão mais complexa da emancipação e da formação nacional – implicando, por isso mesmo, um tensionamento do mecanismo de sincronização social herdado pela disciplina.

Pode-se definir essa segunda fase como uma aposta na *democratização como consciência crítica da história*. Se a relação entre o evento

¹⁹ GAIO, Géssica Góes Guimarães; SOUSA, Francisco Gouvea de. Desmonte ou reconstrução da universidade? Entre o capital e a democratização. *Hydra*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 104-131, 2019.

e a disciplina é renovada, sob o efeito da autonomia institucional e do horizonte de redemocratização, é ainda sob os mesmos conceitos fundamentais que tal renovação se opera. É em torno de noções como soberania, representatividade e cidadania, entre outros, que se rearranja aquela configuração herdada do evento da Independência. O déficit conceitual apontado anteriormente torna-se aqui objeto de investimento historiográfico. As carências sociais e políticas do presente mobilizaram novos percursos historiográficos, fazendo com que o circuito entre passado e presente passasse a ressignificar as dimensões da representatividade, da cidadania e da identidade. Elementos que eram mais ou menos naturalizados, como temas, períodos e narrativas, tornaram-se cada vez mais problematizados, “quentes”, instáveis. As frágeis fronteiras entre um “passado prático” e um “passado histórico” ficaram cada vez mais tênues, suscitando, inclusive, debates e revisões de protocolos disciplinares consagrados, como o de “distanciamento”. Surge, assim, certa demanda de indisciplinarização da história, entendida menos como um movimento contra a disciplina do que como um esforço de renovar a aposta ou a crença na história como consciência crítica, enfrentando todos os aspectos de sua herança que significavam a reprodução de suas marcas de origem, seus déficits conceituais, epistemológicos e mesmo ontológicos. Uma luta *com* e *contra* a tradição, portanto²⁰.

Um elemento crucial desse processo foi a rápida democratização da universidade, marcada pela expansão demográfica e geográfica, assim como pelas políticas de cotas, que possibilitaram uma composição mais heterogênea dos seus quadros discentes e docentes. É essa diversidade de sujeitos, mais do que apenas debates teóricos e metodológicos, que tem impulsionado os movimentos de revisão das heranças narrativas, conceituais e temporais da disciplina histórica. Nesse espaço de “combate comunicativo” que é a instituição universitária, a coexistência de diferentes grupos sociais, raças e gêneros em

²⁰ AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019.

sala de aula faz com que haja uma torção na singularidade do tempo da nação, pois não se trata apenas, no limite, da “inclusão” de novos conteúdos de experiência nos conceitos herdados, mas da própria re-figuração desses conceitos em suas bases.

3. A independência tornou-se um país estrangeiro?

O terceiro momento desse arco temporal da relação entre Independência e história, em torno do qual pretendo me deter, é marcado pelo já mencionado crescente esvaziamento da linguagem herdada da Independência, assim como pela abertura de novas linguagens sociais e políticas. Esse processo pode ser analisado sob três perspectivas: (a) da emergência de uma nova rede semântica que se faz hegemônica nas instituições sociais; (b) das novas relações entre ensino e sociedade; e (c) das novas formas de representação e usos do passado.

No que diz respeito à emergência de uma nova rede semântica, importa destacar o papel que tiveram instituições supraestatais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na elaboração e implementação sistemática de uma nova linguagem sociopolítica. Desde as décadas de 1980 e 1990, essas instituições promoveram uma série de encontros e estudos acerca dos novos desafios pelos quais passavam as sociedades modernas²¹. Esses debates e estudos envolviam não apenas a economia, mas, informados em grande medida pelas teorias neoliberais, procuravam promover uma visão englobante dos problemas enfrentados e das inter-relações entre as esferas da economia, do trabalho, da educação, da saúde e, enfim, do próprio Estado. Como resultado desse processo, emergiu toda uma nova rede semântica, assim como novos aparatos de governamentalidade. Do “Novo Gerencialismo Público”, passando pelo investimento em uma “economia do saber”, até as balizas pedagógicas imple-

21 HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014; MARTIN, Randy. *Financialization of daily life*. Philadelphia: Temple University Press, 2002; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

mentadas desde o Processo de Bolonha, não é exagero afirmar que vivemos uma profunda reestruturação das instituições sociais e de tudo o que isso representa em relação às formas de subjetivação, atuação política e temporalização²².

Um sinal dessa mudança – assim como durante os processos revolucionários de independência dos séculos XVIII e XIX – é a emergência de novos conceitos. A leitura dos documentos produzidos por esses órgãos supraestatais, assim como dos documentos replicados em políticas públicas recentes em diferentes países, sinaliza o alcance e a velocidade com que novos termos passaram a orientar a ação das instituições, ressignificando-as por dentro. Conceitos como “flexibilidade”, “inovação”, “eficiência”, “competências”, “resiliência”, entre outros, vão substituindo os antigos conceitos de “formação”, “progresso”, “soberania”, “crítica”, “cidadania” e “emancipação”. Se o leitor realizar uma breve busca por esses termos (na tradução em inglês) usando a ferramenta Google Ngram Viewer, perceberá as curvas inversas de ascensão e queda dos referidos termos, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980. Mais do que apenas novos modismos vocabulares, como todo historiador dos conceitos bem sabe, uma mudança conjunta de termos fundamentais que informam visões de mundo, instituições, agências e temporalidades sempre indica uma reestruturação profunda do próprio espaço de experiência da sociedade, assim como de seus horizontes de expectativas²³. Não apenas “indica”, mas é um fator mesmo dessa transformação. Sua implementação pelas instituições, sua incorporação pelos sujeitos e a legitimidade que os termos ganham nos meios de comunicação acabam por realizar aquilo que os próprios conceitos preveem.

O que parece caracterizar essa nova rede semântica é uma temporalidade extremamente acelerada e, ao mesmo tempo, sem *têlos* determinado. Vinculados às novas formas de organização do traba-

22TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal*. Copenhague: Zazie Edições, 2019.

23 KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 97-118.

lho, ao domínio do capital financeiro global e às novas racionalidades de governo, esses conceitos refiguram alguns aspectos estruturais da rede semântica moderna. Se a experiência da aceleração moderna resultou na elaboração de noções que temporalizavam a experiência, alargando o horizonte de expectativas, essa nova linguagem parece implicar, ao contrário, uma espécie de destemporalização. Destemporalização no sentido de que a experiência deixa de ser estruturada em função de um futuro projetado para ser reduzida a uma sequência pouco articulada de presentes; ou, dito de outra forma, o tempo se conforma a uma sequência de futuros imediatos e urgentes que sequestram e condicionam o presente²⁴. Em vez da temporalidade processual, típica da modernidade, podemos chamar a hiperaceleração contemporânea de uma temporalidade disruptiva.

Essa destemporalização dos conceitos, ou sua retemporalização disruptiva, acaba provocando igualmente uma mudança em outros três aspectos fundamentais da rede semântica moderna: a democratização, a ideologização e a politização. Se os conceitos modernos tendiam a abarcar camadas cada vez mais amplas da sociedade, esses novos termos privilegiam a diferenciação e a individualização, enfraquecendo as dimensões universalizantes e singulares herdadas do iluminismo. Do mesmo modo, se a modernidade configurou uma nova dinâmica de disputa em torno do significado dos conceitos e de mobilização da ação em função desses significados, ordenando todo um espaço de organização política, as novas noções contemporâneas, como “eficiência”, “transparência” e “flexibilidade”, apontam para uma experiência de tecnificação da linguagem, assim como para uma desmobilização política. O discurso de “gerenciamento”, expandido da empresa privada para o Estado e suas instituições, esvazia o espaço político e suas diferentes ideologias. Nesse sentido, os novos mecanismos de governamentalidade, como as técnicas auditoriais, acabam por produzir uma imobilidade política dos agentes, cada vez

24 BOUTON, Christophe. *Le temps de l'urgence* Lormont: Le Bord de l'eau, 2013; BASCHET, Jérôme. *Défaire la tyrannie du présent: temporalités émergentes et futurs inédits*. Paris: La Découverte, 2018.

mais inseridos em relações concorrenciais e forçados a cumprir uma agenda de metas numéricas e seus protocolos avaliativos²⁵.

O que me interessa destacar desse cenário para o presente argumento é o impacto que essa transformação conceitual tem gerado no que diz respeito à relação entre ensino e sociedade, assim como nas formas de representação e usos do passado. É nesse nível que o arco temporal da relação entre a disciplina história e a Independência encontra o seu ponto de fissura.

Um dos focos principais das políticas de organizações supraestatais como a OCDE e o Banco Mundial tem sido justamente a esfera da educação. Desde a década de 1980, com os primeiros estudos e colóquios que desenharam os princípios básicos de uma “economia do saber” – ou de uma “sociedade da flexibilidade” –, até a criação do programa *Definition and Selection of Competencies* (DeSeCo), em 1997, que veio a definir uma lista básica de “competências” e os parâmetros internacionais de sua avaliação, os sistemas educacionais de diferentes países têm passado por mudanças estruturais, redesenhando seu lugar e papel social²⁶. No Brasil, esse processo começou na década de 1990, passando por diferentes governos, com diferentes matizes e temporalidades, mas teve nos últimos cinco anos uma aceleração incomum. Desde a reforma do ensino médio, passando pela criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), até as recentes propostas de transformação do sistema universitário com o projeto *Future-se*, a incorporação agressiva dessa agenda global – capitaneada, em grande parte, por executivos de corporações privadas – vem alteran-

25 HASSAN, Robert. *Empires of speed: time and acceleration of politics and society*. Leiden: Brill, 2009; STRATHERN, Marilyn (org.). *Audit culture: anthropological studies in accountability, ethics and academy*. London: Routledge, 2004.

26 O objetivo da DeSeCo era a construção de um amplo quadro conceitual para o desenvolvimento de competências-chave, baseadas individualmente em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, para a avaliação dessas competências em um cenário internacional e para o desenvolvimento e a interpretação de indicadores internacionalmente comparáveis. Os princípios desse projeto podem ser encontrados em: RYCHEN, Dominique Simone; SALGANIK, Laura Hersh (org.). *Key competencies for a successful life and a well-functioning society*. Cambridge: Hogrefe & Huber Publishing, 2003.

do tanto as dimensões pedagógicas quanto as formas de organização das instituições de ensino²⁷.

Centrada em competências como comunicação, conhecimento matemático, relações interpessoais, espírito de empreendimento e no “aprender a aprender”, essa nova cultura escolar tem, ao menos, uma dupla implicação. Ela pressupõe, antes de tudo, uma nova concepção antropológica, um novo regime de subjetividade que pode ser denominado – seguindo Ulrich Brockling – de “self empreendedor”²⁸. Nessa concepção, a subjetivação passa a ser entendida sob o signo da comparação e da concorrência, medida em termos de performance e produtividade. O ensino deixa de ser voltado à “formação” do indivíduo, como sujeito moral autônomo, para direcionar-se ao treinamento de habilidades que o capacitem para se adequar a novas situações e desafios conjunturais. A ação empreendedora que deve resultar disso baseia-se no planejamento contingencial: o indivíduo deve avaliar as ações do passado recente a fim de aprender com a experiência, mas, acima de tudo, deve ser capaz de antecipar-se a situações de um futuro próximo, desenvolvendo previamente para cada uma delas uma estratégia adequada. Essa planificação é, portanto, essencialmente provisória, precária, seguindo o ritmo acelerado e disruptivo de um mercado extremamente concorrencial e em permanente transformação. Com isso, a noção mesma de uma “consciência histórica” como forma sedimentada de experiência temporal, tal como desenvolvida nos projetos pedagógicos modernos, é profundamente alterada, se não esvaziada.

Além dessa reelaboração da subjetividade, a outra implicação dessa concepção de educação diz respeito à própria relação entre as instituições de ensino e o mercado. Essa relação não se define mais

²⁷Uma lista dos empresários que participaram diretamente do processo de reforma da educação no Brasil pode ser consultada na reportagem de Helena Borges: BORGES, Helena. Conheça os bilionários convidados para “reformatar” a educação brasileira de acordo com a sua ideologia. *The Intercept Brasil*, [s. l.], 4 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2CdnGOH>. Acesso em: 8 abr. 2020.

²⁸ BROCKLING, Ulrich. *El self empreendedor*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

somente pela necessidade de as instituições de ensino atenderem a certas demandas econômicas, mas implica uma incorporação da própria lógica de mercado em sua estrutura organizacional²⁹. O *éthos* empreendedor não se traduz apenas enquanto conteúdo de ensino, mas também como forma institucional, disciplinando os sujeitos em função desse novo regime de subjetividade. A cultura auditorial, com seus protocolos avaliativos, assim como a crescente financeirização do ensino, que vampiriza a temporalização dos estudantes em função da dívida, ao mesmo tempo que adequam os sujeitos ao *habitus* requerido por essa forma de ação concorrencial, também transformam as instituições de ensino e de pesquisa em instrumentos de capitalização. As pressões por “produtividade”, gerenciadas por corporações como a Elsevier e por rankings internacionais, assim como o direcionamento das pesquisas em função da “inovação”, acabam por sincronizar escolas e universidades no tempo acelerado e disruptivo da rede semântica neoliberal.

4. *Deslocamentos da representação histórica*

Diante desse quadro, cabe a pergunta: o que resta do saber histórico? Quais os efeitos dessa transformação para a disciplina histórica e seu papel herdado das revoluções da virada do século XVIII para o XIX? Quais as formas e os usos do passado que emergem dessa temporalidade acelerada e disruptiva? Em que medida novas modalidades de representação histórica são capazes de atender a essas pressões ou, ao contrário, combatê-las?

O diagnóstico de um “declínio do pensamento histórico” encontra hoje eco global, manifestando-se também no enxugamento ins-

²⁹BRUNO, Isabelle; CLÉMENT, Pierre; LAVAL, Christian. *La grande mutation: neoliberalisme et éducation en Europe*. Paris: Syllepse, 2010; MILLOT, Pierre. La reconfiguration des universités selon l'OCDE. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 148, n. 3, p. 68-73, 2003; GARCIA, Sandrine. L'Europe du savoir contre l'Europe des banques? La construction de l'espace européen de l'enseignement supérieur. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 166-167, n. 1, p. 80-93, 2007.

titucional do ensino de história³⁰. De um lado, grupos vinculados ao *éthos* de um “neoliberalismo progressivo” acusam as humanidades de renderem muito pouco, de serem improdutivas economicamente. De outro lado, grupos políticos conservadores atacam a história acusando-a de servir como instrumento de doutrinação e de violar prerrogativas morais, religiosas e familiares. Os Estados, por sua vez, cada vez menos precisam da obrigatoriedade do ensino de história para produzir aquela sincronização social antes ofertada pela disciplina, uma vez que tanto a noção de soberania se fragmentou quanto as novas mídias cumprem o papel de produzir outras formas de sincronização temporal. Encontramo-nos, assim, em uma situação de crise inédita enfrentada pela disciplina histórica e pelas humanidades. Uma crise que não diz respeito à sua dimensão epistemológica, mas institucional, na qual as estruturas e as dinâmicas sociais em que as humanidades se inserem acabam por desestabilizar suas próprias condições de possibilidade.

Identificar tal crise disciplinar não significa, no entanto, dizer que há um declínio de representações históricas na sociedade. Ao contrário, a variedade de figurações do passado, em diferentes mídias, nunca foi tão ampla e intensa. É possível afirmar que há uma explosão do consumo de história, ainda que não de uma “história historiadora”. Revistas, sites, filmes, séries, jogos, festivais, uma variedade de produtos e performances circulam e são consumidos por diferentes estratos sociais³¹. Essa variedade de produtos e performances não se deixa enquadrar em classificações unitárias, sejam éticas ou epistemológicas, abarcando desde lutas por memória até usos motivacionais de empreendedorismo. Uma das características fundamentais dessa profusão de passados é justamente sua fragmentação, a

³⁰ALTERMAN, Eric. The decline of historical thinking. *The New Yorker*, New York, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Ax03Qn>. Acesso em: 16 jun. 2020.

³¹GROOT, Jerome de. *Consuming history: historians and heritage in contemporary popular culture*. London: Routledge, 2019. Sobre as formas de circulação de representações da Independência, cf. PIMENTA, João Paulo *et al.* A Independência e uma cultura de história no Brasil. *Almanack*, São Paulo, n. 8, p. 5-36, 2014.

perda dos “centros de cálculos” que permitiam um controle de sua dispersão.

E aqui podemos elencar outra diferença frente à experiência aberta pelo evento das revoluções de independência. Com a abertura de uma nova experiência política, redesenhando as noções de soberania e cidadania, formou-se nos séculos XIX e XX um espaço social onde, idealmente, os indivíduos expressariam suas opiniões e debateriam os rumos políticos do corpo nacional. Nessa esfera pública é que as linguagens ideológicas e as aglomerações partidárias se constituiriam, cimentando uma forma de legitimidade da soberania estatal³². Idealizadas como espaços abertos e igualitários, mas organizadas segundo interesses econômicos e políticos, as esferas públicas – junto com os Estados – exerciam uma função de concentração das representações públicas da história. Nesse sentido, não é exagero afirmar que grande parte da população, pelo menos até a década de 1970, dependia de um destes meios para ter acesso a certas figurações do passado nacional: as escolas, a mídia escrita (livros, jornais), salas de cinema, a televisão aberta e, enfim, os monumentos e as celebrações públicas. A cultura histórica inseria-se, assim, no padrão da cultura de massa que marcou o século XX. A partir das décadas de 1990 e 2000, essa concentração dos meios de representação do passado passa por uma espiral de transformações, marcada pela emergência da internet e pela facilidade de acesso às mídias em geral.

Se há uma fragmentação da soberania, portanto, há igualmente uma fragmentação da esfera pública. Os circuitos de produção e de consumo de representações se alteraram radicalmente. Grandes plataformas, como o YouTube e o Facebook, se ainda mantêm a concentração do meio (e suas lógicas algorítmicas), deixam agora de ser produtoras de conteúdo. Os produtores passam a ser os próprios usuários, seja individualmente, seja como empresas autônomas. A plata-

32 HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003; MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

forma está lá, supostamente, apenas para otimizar essa produção e consumo, mantendo os usuários conectados o maior tempo possível. Uma vez conectados, no entanto, as plataformas armazenam um conjunto expressivo de informações desses usuários, seu histórico de consumo, seu perfil ideológico, suas características sociais, sua renda, sua locomoção, tudo, enfim, que é passível de ser traduzido em dados. São esses dados a verdadeira origem do capital dessas plataformas, aquilo que as valoriza no mercado. Indivíduos, empresas e governos, ao contratar os serviços das plataformas, podem se valer dessas informações para direcionar sua produção e seus produtos, adequando-os aos perfis de seus clientes³³. Essa “governamentalidade algorítmica”, portanto, fundamenta-se na coleta, na agregação e na análise automatizada de dados em quantidades massivas, a fim de modalizar, antecipar e afetar com antecedência os comportamentos possíveis³⁴. Isso permite tanto que organizações políticas encaminhem suas propagandas a grupos sociais específicos, como aconteceu em eleições recentes e na campanha do Brexit, como também que empresas se concentrem em fidelizar parcelas de consumidores de acordo com as suas predisposições sociais e culturais. Há, com isso, uma fragmentação do consumo de produtos e informações, bem como uma imensa assimetria entre a extrema visibilidade dos indivíduos e a invisibilidade do funcionamento dos sistemas operacionais.

A representação histórica, entendida cada vez mais como um produto e como um serviço, não deixa de se inserir nesse cenário. O movimento de enxugamento de sua função pública e cívica representa, em sentido inverso, o seu inchaço como produto de consumo. Diferentes indivíduos e empresas têm investido nessa nova formata-

33 CARDON, Dominique. *À quoi rêvent les algorithmes*: nos vies à l'heure des big data. Paris: Seuil, 2015; ZUBBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (org.). *Tecnopolíticas da vigilância*: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

34 ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation: le disparate comme condition d'individuation par la relation? *Réseaux*, Marne-la-Vallée, v. 177, n. 1, p. 163-196, 2013.

ção, adaptando as linguagens de acordo com as disposições de seus diferentes públicos. Na impossibilidade de abarcar aqui essa variedade, vou me ater a um exemplo específico, a fim de analisar alguns efeitos dessas transformações na linguagem de representação do passado, antes de voltar à questão: o que resta da Independência?

5. História como serviço: o caso do Brasil Paralelo

Criado em 2016, o Brasil Paralelo começou como uma empresa cinematográfica, focada na realização de documentários históricos. Hoje, eles se autodescrevem como uma “plataforma de educação política”, oferecendo uma variedade de serviços, como núcleos de formação, mesas de debate, documentários, filmes, entrevistas – tudo de teor “histórico”. O layout de sua página da internet segue o padrão de uma operadora de serviços, apresentando os produtos e mostrando as vantagens de se tornar um assinante³⁵. Além do site oficial, estão presentes também em diferentes plataformas, como YouTube, Twitter e Facebook.

Um fator fundamental, que é necessário destacar desde já, é essa imbricação entre as dimensões do “serviço” e da “política”, assim como do “serviço” e da “história”. Não é possível separar essas instâncias. Na medida em que a empresa se insere no setor de serviços (ela não é e não quer ser uma organização civil ou um partido político), ela tem como filão de investimento mercadológico a história política. Pode-se identificar, aqui, uma nova experiência na qual a lógica de mercado e a ação política se sintetizam enquanto forma e conteúdo. Como procurarei sugerir, na mesma medida em que o conteúdo é político e a forma é mercadológica, pode-se afirmar o inverso: a forma é política e o conteúdo mercadológico.

A indistinção dessas esferas, sua síntese, implica termos que considerar uma nova modalidade de representação histórica, diferente

35 BRASIL Paralelo. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3oIxfiq>. Acesso em: 1º abr. 2020.

do funcionamento dos gêneros retóricos da Antiguidade e do Antigo Regime, distinta da organização dos protocolos disciplinares e de seu regime de verossimilhança, assim como diversa dos discursos históricos puramente político-ideológicos, tal como configurados na esfera pública moderna. Essa nova modalidade pode ser denominada de “história como serviço”. Ela emerge do imenso crescimento do setor de serviços na economia neoliberal, como também sinaliza a fragmentação da esfera pública, possibilitada pelo modo de funcionamento das novas empresas de tecnologia. A privatização da representação histórica é a grande característica dessa nova modalidade, alterando profundamente os usos e os sentidos sociais da história.

O setor de serviços promoveu a educação como um de seus mais rentáveis produtos globais. Em um relatório de 2017, analistas da Merrill Lynch (Bank of America) avaliaram o setor em cerca de US\$ 4,5 a 5 trilhões, e com perspectivas de crescimento para US\$ 6 ou 8 trilhões em apenas um ano, mais do que cinco vezes o PIB brasileiro de então³⁶. Dentro da rede semântica neoliberal, a educação vem deixando de ser um braço do Estado para se transformar em um produto, formatado por regulações contratuais internacionais. A produção de materiais didáticos, a formação de professores, o fornecimento de equipamentos e *know how*, a criação de “universidades globais”, a promoção do modelo de *vouchers* e das *charter schools*, toda uma gama de produtos e serviços alimentam um mercado em acelerada expansão, assim como a formação de novas corporações.

É dentro desse movimento que é necessário entender a opção da Brasil Paralelo de deixar de ser uma empresa cinematográfica para se transformar em uma “plataforma de educação política”. A razão empreendedora dessa decisão é investir em um setor em grande expansão, o de serviços, apostando em uma inovação diferencial do serviço prestado: a história política. A Brasil Paralelo torna-se, assim, uma

³⁶ ROBERTSON, Susan L. A criação de mercados educacionais por meio de acordos comerciais globais. In: DINIZ, Júlio Cesar Valladao; SCHOLLHAMMER, Kaerl Erick (org.). *Humanidades em questão: abordagens e discussões*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018. p. 99.

espécie de *think tank* comercial, que vende seus produtos. Essa dupla aposta é expressa na estratégia de marketing que se destaca em sua página da internet: “Nunca mais seja massa de manobra. A tecnologia que mudou a educação política”. Logo abaixo, o complemento: “compre agora”.

Sua estratégia de marketing segue um padrão implícito daquela transformação conceitual antes analisada, jogando com o valor da diferenciação em detrimento do massivo, do comum, do universal. Não ser massa de manobra, ali, implica antes consumir algo distinto, diferenciar-se, do que se tornar um indivíduo crítico e autônomo. O massivo, no caso, é o sistema escolar e universitário, que representa na linguagem da propaganda da empresa o grande elemento relacional que permite a diferenciação. Essa oposição é onipresente, seja nos anúncios, seja dentro dos próprios produtos, como os documentários. A cultura escolar é acusada tanto de ter sido sequestrada pela esquerda e usada como instrumento de doutrinação quanto de ser um braço do Estado que não respeita as opções morais individuais e familiares. A Brasil Paralelo assemelha-se, nisso, a outros movimentos, como o Escola Sem Partido, que defende a educação como um serviço pago pelos pais e que deve entregar aquilo que a demanda familiar espera. O ataque e o esvaziamento da dimensão republicana da escola, com seus princípios de igualdade e de isonomia, se alimentam da necessidade de fortalecer a educação como um serviço privado, como também servem de marketing para atrair seus clientes, diferenciando-os da massa³⁷.

O lugar que a “esfera social protegida”, a família, ocupa em sua estratégia discursiva é revelador. Seguindo as tendências já presentes em correntes neoliberais, não há ali uma oposição entre a plena liberdade de mercado e a defesa das tradições. Como bem analisou Wendy Brown, a relação entre liberdade econômica e tradição é um

³⁷ Não por acaso, o produto mais recente da empresa intitula-se “Pátria educadora”, cujo objetivo explícito é documentar o processo conspiratório promovido por intelectuais de esquerda para sequestrar o sistema de ensino.

ponto central na teorização de Hayek. Para o economista austríaco, como afirma Brown, “o mercado e a moral, igualmente importantes para uma civilização próspera, estão enraizados em uma ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição”³⁸. Tanto a tradição quanto o mercado, nessa chave, ofereceriam uma “conformidade voluntária”, distinta do contratualismo abstrato exigido pelo Estado. Assim como a liberdade econômica produziria uma “ordem espontânea”, do mesmo modo o faria a tradição, “conduzindo as condutas” e criando uma dinâmica social e econômica minimamente estável: enquanto o mercado inova e perturba, a tradição assegura e sustenta³⁹.

O problema, como bem apontou Brown⁴⁰, é que entre esse neoliberalismo teórico e o neoliberalismo realmente existente há uma diferença capital. Essa diferença encontra-se no paradoxo de que a tradição, hoje, é submetida a uma razão instrumental, justamente o seu oposto. Ou seja, na medida em que figuras da tradição são instrumentalizadas como arma política e estratégia de marketing, ou seja, como ação racional visando a fins, (na definição weberiana) elas se distanciam daquilo que buscam resgatar: uma racionalidade tradicional. Quando ocorre esse paradoxo, quando a tradição se transforma em apenas uma artimanha da razão instrumental, ao mesmo tempo política e mercantil, o mais correto é identificar essa estratégia como uma ação cínica e niilista.

E aqui temos um segundo elemento da análise de Wendy Brown⁴¹ que nos auxilia a compreender a dinâmica dessa forma de ação, assim como suas representações historiográficas. A emergência de um neoconservadorismo global, nos últimos anos, tem sido analisada como um dos efeitos das políticas neoliberais das últimas décadas.

38 BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019. p. 28

39 Ibidem, p. 110.

40 Ibidem.

41 Ibidem.

O ataque aos direitos trabalhistas e sociais, a mercantilização das esferas da vida, a concorrência e a individualização, a precarização, a concentração de riqueza e a desigualdade social são alguns dos elementos que estariam produzindo os afetos capitalizados por populistas de direita, como Trump, Orbán, Erdogan e Bolsonaro⁴².

Esses afetos, de modo geral, trazem as marcas tanto do niilismo quanto do ressentimento. Eles são produtos de um esvaziamento de sentido da experiência, da incapacidade de uma temporalização – como analisado anteriormente –, mas também dos deslocamentos sociais e das lutas de reconhecimento protagonizadas nas últimas décadas por diferentes minorias. A desvalorização de todos os valores, promovida pela mercantilização da vida, é o que sustenta o niilismo contemporâneo, aprofundado pela liberação da consciência de seus elementos repressivos. A cultura *troll*, usada hoje como estratégia política, é o maior símbolo desse fenômeno. Como afirma Brown: “A combinação entre a reprovação neoliberal do político e do social e a masculinidade branca ferida e dessublimada geram uma liberdade desinibida, liberdade que é sintoma de uma destituição ética, mesmo que frequentemente se disfarce de retidão religiosa ou de melancolia conservadora de um passado fantasmático”⁴³.

6. O consumo político da Independência

A Brasil Paralelo pode ser caracterizado como uma síntese contemporânea desse neoconservadorismo e de racionalidades neoliberais, o que se manifesta igualmente no perfil de seus palestrantes, cujas vinculações vão desde a pertença à extinta família real até a associação a partidos políticos recentes, de matriz neoliberal, como Podemos e Novo.

A análise de um de seus produtos permite visualizar como essa síntese se sedimenta em novas formas de representação histórica. O

42 GEISELBERGER, Heinrich (org.). *L'âge de la regression*. Paris: Gallimard, 2017.

43 BROWN, Wendy. Op. Cit., p. 210.

documentário *Independência ou morte*, já visualizado mais de 700 mil vezes no YouTube, faz parte de uma série documental intitulada, sugestivamente, de “A última cruzada”⁴⁴. Aqui, já de início, se mostra o recurso àquele passado fantasmático a que se referia Wendy Brown⁴⁵. A história do Brasil, tema da série, é atravessada pela referência às cruzadas cristãs da Idade Média, gerando com isso uma estrutura de fundo que ressoa na superfície narrativa dos episódios. Um passado cristão, patriarcal, branco, guerreiro torna-se substrato hermenêutico para o sentido da história nacional.

Ancorado na postura anti-disciplinar já mencionada, o documentário é composto por uma voz *over*, que narra a história da emancipação política, intercalada pela fala de diferentes palestrantes da empresa. A composição visual varia entre quadros de época ilustrativos de momentos históricos, como a coroação de Pedro I; enquadramentos dos palestrantes em ambientes domésticos ou em escritórios; tomadas de prédios e localizações históricas; e desenhos em formato de HQ que dramatizam passagens da narrativa. A trilha sonora ocupa um papel especial, dando o tom dramático e grandiloquente dos momentos narrativos, expressando temas como sacrifício, valentia, sofrimento, comunhão etc.

A ordem narrativa que dá sentido à Independência é estruturada em torno da biografia de D. Pedro I, desde sua infância até a sua morte. Ela começa com a experiência de orfandade e isolamento em Portugal, passando pelas virtudes e ações heroicas no encaminhamento da emancipação política do Brasil, seu posterior desgaste e abdicação, terminando, enfim, com suas últimas ações guerreiras na terra natal. Atualiza-se, assim, o papel da biografia como uma forma de pedagogia da nação. Centrada na vida de D. Pedro I e girando em torno de alguns indivíduos da elite política e econômica, principalmente D.

44 CAPÍTULO 4: Independência ou morte: Brasil: A última cruzada. [S. l.: s. n.], 21 dez. 2017. 1 vídeo, (74 min.). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <https://bit.ly/3oRUSVW>. Acesso em: 1º abr. 2020.

45 BROWN, Wendy. Op. Cit.

Leopoldina e José Bonifácio, a narrativa desenha uma temporalidade coesa e linear, figurada em torno de alguns eixos centrais, como religião, família e empreendedorismo heroico.

Não há no documentário nenhuma referência explícita a diálogos e pesquisas historiográficas acadêmicas. Os temas que foram trabalhados pela historiografia nas últimas décadas e que tensionaram a singularidade do tempo nacional praticamente inexistem na representação ali figurada. Os tópicos trabalhados no documentário revitalizam, antes, algumas imagens da historiografia oitocentista, como a oposição Brasil-América Latina (tratada por “republiqueiras”), a emancipação como uma luta nacionalista entre “brasileiros” e “portugueses”, e a filiação civilizacional entre Portugal (Europa) e Brasil. Não há praticamente referências à escravidão e aos indígenas, constituindo o silêncio mais significativo da narrativa. Os dissensos, as contestações políticas e as disputas internas do processo de Independência são reduzidos ou à presença de portugueses em território nacional ou, então, a alguns baderneiros e provocadores. O “povo”, se reivindicado como um dos suportes de legitimidade da soberania monárquica, reduz-se a uma dimensão unívoca, abstrata, emotiva e passiva.

Qual o objetivo dessa narrativa? Antes de tudo, é uma narrativa que procura agradar e afetar o seu consumidor. Como um produto, o documentário é trabalhado em função de cativar uma audiência, assim como de fidelizar esse consumo. Se há uma pedagogia política, por meio da história, é necessário reforçar que essa pedagogia se dá pelo afeto, e não pelo conceito ou por argumentos. O funcionamento dessa abordagem se expressa na própria reação de seus consumidores. Há na plataforma YouTube cerca de 3 mil comentários sobre o documentário. O que mais se destaca desses testemunhos é a validação do marketing anti-disciplinar adotado e a importância do caráter emocional, afetivo, desse consumo de passado. Normalmente, esses dois aspectos andam juntos, como se pode visualizar nos seguintes testemunhos:

Em um Único documentário, se aprende mais sobre a historia do Brasil do que em 8 anos no ensino fundamental e 3 anos no médio.

Essa carta do José bonifácio... Meu Deus... Que coisa linda... Porque isso nos foi tirado das escolas?? Puxa, eu ficaria admirado em ouvir isso na escola.. Esse conhecimento muda a mente de qualquer brasileiro... isso precisa ser divulgado.. Obrigado por esse trabalho, e com certeza vou ser membro.. Quero saber mais..

Maria Leopoldina foi uma grande mulher, cadê as “feministas” dando valor a ela?

Nunca imaginei que iria chorar num documentário sobre a História do Brasil. Eu costumava odiar nossa História, mas hoje vejo que isso se deve ao tipo de ensino ao qual fui submetido. Muito obrigado, Brasil Paralelo, por me fazer chorar lágrimas que nunca soube que tinha. Game of Thrones não é nada comparado a história do Brasil. Quanta reviravolta.⁴⁶

Enquanto a historiografia acadêmica e escolar é vista como fria, conceitual, abstrata e enganadora, a narrativa histórica oferecida pela empresa é percebida como afetiva, emocionante, surpreendente, verdadeira. O recurso a elementos de linguagens contemporâneas, como séries televisivas e videogames, não passa despercebido pelo consumidor, sendo um de seus atrativos. Caracterizando-se como um consumo eminentemente afetivo, a realização do produto pode se eximir de certos critérios de verossimilhança. Diálogos e cenas são repetidamente narrados pelos comentaristas do documentário sem que eles pudessem ter documentos em relação a esses eventos, muito menos referi-los. É a performance da narrativa e seu efeito o que importa, tal como o primeiro olhar tímido que Pedro I e Leopoldina se deram no navio, ou as elucubrações psicológicas de Pedro I às quais apenas um narrador flaubertiano teria acesso. Apresentando-se, no

46 CAPÍTULO 4... Op. Cit. As transcrições seguem os originais, sem correções gramaticais ou ortográficas.

contrato com o espectador, como uma figuração do real, sem relativismos, essa representação histórica faz largo uso de certos recursos ficcionais sem que estes sejam identificados enquanto tais. Do mesmo modo, a narrativa pode se afirmar imparcial e, simultaneamente, reconhecer que adota um dos lados da história, sem que a contradição seja um problema para seu funcionamento e sua recepção⁴⁷.

O niilismo, aqui, encontra sua plena expressão epistemológica, apagando as fronteiras do real e do puramente inventado em função dos efeitos buscados pela narrativa. Não se trata de um simples “re-visionismo”, como costuma ocorrer nos debates historiográficos que reconhecem a fragilidade do conhecimento histórico e suas perspectivas teóricas, mas sim de uma nova forma de “expor o que aconteceu”, mesmo que não tenha acontecido⁴⁸. O que conta, nessa modalidade, é a velocidade e o efeito do impacto da representação, jogando com predisposições já mapeadas e assentadas, e não o tempo lento da crítica e da dúvida. É uma dessas formas de representação por estereótipos que, nas palavras de Adorno, permite “ver as coisas confortavelmente”⁴⁹. Nesse sentido, as distorções que ali ocorrem não podem ser simplesmente corrigidas “pelo olhar real” – a antiga “autópsia” –, uma vez que a própria experiência já está, em grande medida, pre-determinada pela estereotipia que orienta o consumo do produto. É por isso que o uso de argumentos e de documentos como contradiscurso a essas representações acaba tendo pouca eficiência de persuasão, pois eles operam em diferentes regimes de verossimilhança. A história disciplinar/escolar e a história como serviço dependem de espaços e tempos distintos para acontecer, não sendo formas abstratas que podem ser deslocadas de seus contextos sociais sem que alterem a própria natureza de seu funcionamento.

47 NICOLAZZI, Fernando. O Brasil Paralelo entre o passado histórico e a picanha de papelão. *Sulzi*, Porto Alegre, 7 abr. 2019.

48 AVILA, Arthur Lima de. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos. *Café História*, Brasília, DF, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3d6DfUO>. Acesso em: 1º abr. 2020.

49 ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019. p. 263.

Se há uma função política nessa modalidade de história como serviço, de matriz neoconservadora, é igualmente necessário atentar para o caráter eminentemente comercial da narrativa e de seu suporte. Por esse motivo, é fundamental compreender essa modalidade de representação histórica na dupla chave mercadológica e política. Ser uma empresa, e não uma escola ou um partido, é politicamente relevante. A forma da mensagem espelha o conteúdo conceitual no qual essa empresa se ancora, pressupondo a defesa de uma sociedade composta de indivíduos e da livre-iniciativa do mercado, sem as amarras de um Estado controlador. Não apenas o conteúdo é político, portanto, mas também a sua forma. Tradição e família, de um lado, livre-iniciativa e consumo, de outro, complementam-se como forma e conteúdo dessa modalidade de história como serviço.

É possível identificar, assim, uma dupla temporalidade em jogo, a do conteúdo e a do suporte. Enquanto o conteúdo privilegia as dimensões da “esfera social protegida”, como a família e a religião, o suporte se insere na temporalidade hiperacelerada das novas tecnologias de informação e do setor de serviços. Dentro do capitalismo digital, como vimos, o indivíduo deixa de ser apenas consumidor, tonando-se também uma espécie de produtor no ato mesmo do consumo. A plataforma fornece à empresa uma série de dados, contendo seu perfil de consumo, que lhe permitem ajustar os seus produtos a fim de otimizar e fidelizar seu consumidor. O objetivo, portanto, não é um produto massivo, produzindo uma sincronização da totalidade da população, mas antes garantir uma parcela de consumo fiel. Ao visualizar uma vez um de seus produtos, como aconteceu como o autor deste texto, o consumidor passa a ser bombardeado em diferentes plataformas por um conjunto de propagandas que oferecem produtos semelhantes a fim de otimizar e direcionar o seu consumo, confinando-o em uma bolha. Na inércia produzida pela sugestão direcionada e na facilidade do “clique e consumir”, uma espécie de es-

fera pública privatizada vai se constituindo como campo de ação e investimento (comercial e político) da empresa.

7. Independência em risco

Os três momentos fortes aqui desenhados não constituem uma temporalidade linear. Longe disso, eles se cruzam, se sobrepõem, se confrontam. Elementos do primeiro momento atualizam-se no terceiro, como passado fantasmático e estratégia comercial, do mesmo modo que a crise do segundo momento convive e entra em conflito com a emergência do terceiro. Em vez de um tempo linear, portanto, seria mais justo falar em tempos sobrepostos.

A emergência recente da história como serviço, vinculada ao crescimento do mercado privado de educação, representa a inclusão da representação histórica em uma nova configuração social, marcada pela rede semântica neoliberal, na qual é esvaziada a equação entre Estado, soberania, cidadania e disciplina tal como estabelecida desde as revoluções do final do século XVIII e início do XIX. Na história como serviço é a relação produtor-consumidor que passa a prevalecer. Esse modelo pode encontrar diferentes expressões e estilos, mas se funda basicamente em uma incorporação da lógica de mercado no seu modo de produção, em uma privatização da representação histórica em função de perfis de consumo, assim como em uma nova vinculação entre o político e o comercial.

No mesmo movimento em que se reduz a presença institucional da disciplina histórica e sua dimensão cívica, vinculada ao Estado, há uma intensa aceleração do mercado da educação histórica, muitas vezes promovida pelo próprio Estado. As reações da disciplina a esse processo existem e são variadas: desde reformulações internas de seus currículos e pressupostos epistemológicos até o esforço de inserir-se em outros espaços e mídias, atingindo diferentes públicos. O que não implica dizer, contudo, que a disciplina não possa realizar aproximações com a forma da história como serviço, ou mesmo a incorporação de sua linguagem. O risco de a disciplina atuar como uma empresa, buscando ganhar auditórios e adequando-se a predisposi-

ções de perfis de consumo, é um risco que não pode ser ignorado. Afinal, tal incorporação de elementos do *éthos* da história como serviço já vem acontecendo através da adoção de mecanismos de performance, como a cultura auditorial, ou em direcionamentos na forma de editais de financiamento, com o imperativo da “inovação”. A imposição do *éthos* do historiador empreendedor já é uma realidade vivenciada por muitos pesquisadores, principalmente jovens, jogados em um espaço precarizado e extremamente concorrencial.

Essa distinção analítica entre uma história disciplinar e uma história como serviço talvez permita perceber em que medida a disciplina histórica não pode simplesmente “concorrer” com empresas como a Brasil Paralelo. Como modalidades distintas de representação histórica, elas acionam diferentes formas de operações historiográficas. Os lugares sociais que ocupam são distintos, e os pressupostos que regulam seu funcionamento (inclusive a forma de uso de seus meios) são bastante diferentes, se não opostos; assim como são muito distintos os modos de comunicação que elas implicam. Um historiador ou um professor de história jamais poderia afirmar que pode devolver o dinheiro caso o “cliente” (o aluno, o cidadão) não goste do “produto” (o passado), como o faz a Brasil Paralelo. Ao ser empurrada ou atraída para simplesmente “concorrer” com as narrativas produzidas e consumidas na modalidade da história como serviço, a história disciplinar corre o risco de acelerar a incorporação de uma lógica que implicaria sua própria extinção institucional.

Se é fundamental que a história e as demais disciplinas universitárias ampliem o diálogo e o vínculo com diferentes públicos, elas precisam, para isso, manter as fronteiras que as definem e as tornam possíveis. Por essa razão, combater o domínio crescente da história como serviço – e todas as implicações que ela traz a respeito da organização social – transcende uma política disciplinar, em sentido estrito. É, antes, uma luta de fronteiras⁵⁰. Na mesma medida em que

⁵⁰Parece-me útil aqui a noção de “lutas de fronteira”, desenvolvida por Nancy Fraser: “O que denominei de ‘lutas de fronteira’ não emerge de ‘dentro’ da economia, mas nos pontos em que a

as estratégias de empresas como a Brasil Paralelo visam anular fronteiras – como as do mercado e da política, da ciência e da religião, do público e do privado –, um horizonte de ação para as disciplinas é articular-se para defender as fronteiras institucionais que lhes são próprias e que lhes conferem legitimidade. E isso não é possível apenas *dentro* de uma lógica disciplinar, com argumentos metodológicos ou empíricos, por mais importantes que eles sejam. O desafio implica um movimento para fora, exterior à lógica disciplinar, mirando suas condições de possibilidade institucionais e enfrentando temas como o da regulação de mídias eletrônicas e a soberania digital⁵¹. Demanda, portanto, um movimento político, em sentido amplo, envolvendo as instâncias de representação universitária e os grupos sociais para os quais essas fronteiras ainda importam⁵². Nesse sentido, lutar pela legitimidade das fronteiras – reinventando-as com a inclusão social em seu espaço – é o tempo de urgência que cabe às disciplinas enquanto instâncias universitárias.

Afinal, um dos afetos que movem e potencializam as ações de empresas como a Brasil Paralelo, com a agressividade comercial e política que lhe é própria, é o ressentimento pela perda dos espaços internos às fronteiras, sejam elas educacionais ou políticas. São as lutas de reconhecimento das últimas décadas, que tanto impactaram internamente as disciplinas e, externamente, as hierarquias sociais, que fazem mover as placas tectônicas que produzem, hoje, essa síntese de neoliberalismo e neoconservadorismo. Isso fica claro no esforço em atacar a educação pública, assim como nos atos de censura, como o ocorrido com a recente exposição *Independência em Risco*.

produção encontra a reprodução, a economia encontra a política e a sociedade humana encontra a natureza não humana;. Como focos de contradição e potencial crise, essas fronteiras são tanto lugares como temas de lutas; são, ao mesmo tempo, localizações onde o conflito emerge e objetos de contestação”. FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate*: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 187.

51 MOROZOV, Evgeny. *Le mirage numérique*: pour une politique du big data. Paris: Les Prairies ordinaires, 2015.

52 A recente pandemia da Covid-19 foi eloquente em mostrar a importância das disputas de fronteira entre ciência e política, economia e sociedade no mundo contemporâneo.

Inaugurada na Câmara Municipal de Porto Alegre, em 2019, a exposição logo foi censurada pela presidência da casa⁵³. As imagens exibidas, elaboradas por diferentes cartunistas, expressavam de modo rico os efeitos que as lutas de reconhecimento produziram e vêm produzindo nas representações históricas associadas à dimensão da cidadania. Elas são efeitos da torção no tempo nacional, promovidos naquele embate em torno do déficit de representação histórica. Do grito do Ipiranga submetido à tecnologia contemporânea do *Video Assistant Referee* (VAR) própria aos jogos de futebol, passando pela contiguidade entre o evento da Independência e a repetida violência e exploração sobre os indígenas, até associações políticas atuais – onde as personagens, ao ver tanques na rua, não sabem se estão comemorando a semana da pátria ou se é mais um golpe acontecendo –, todas as imagens promovem uma refiguração do tempo histórico, em que passado e presente encontram novos circuitos de comunicação. É essa torção e refiguração do tempo histórico nacional que produz o ressentimento de certos grupos sociais, os quais se veem deslocados dos lugares que antes ocupavam. Em um desses movimentos de astúcia da história, no entanto, o ressentimento virou ação, capitalizando um passado fantasmático como produto diferenciado.

A história disciplinar e a história como serviço encontram-se, assim, confrontadas em um mesmo tempo cronológico, sem que sejam propriamente contemporâneas. Elas habitam temporalidades distintas, conformadas por diferentes linguagens. O tempo da cidadania, da emancipação e da dúvida, com suas condições institucionais, coloca-se em tensão com o tempo acelerado do consumo, das certezas predispostas, otimizadas pelo funcionamento das grandes plataformas digitais, e da privatização da representação histórica. Como cada uma dessas modalidades de representação histórica vai conseguir fazer valer o seu próprio tempo, com suas respectivas configurações sociais implícitas, é uma história em aberto. Como já

53 As imagens podem ser consultadas em: MARKO, Katia; CORBARI, Marcos (org.). *Independência em risco*. Candiota: Instituto Cultural Padre Josino, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/zzBZKTI>. Acesso em: 16 jun. 2020.

apontou Chakrabarty, uma das contradições das sociedades capitalistas modernas é sermos tanto cidadãos quanto consumidores⁵⁴. Nessa contradição, a história disciplinar emergiu e vem se deparando com seus limites, contradições e potencialidades. Em uma sociedade onde não existam senão consumidores, essa contradição será resolvida às custas da vinculação entre disciplina histórica e cidadania. A história como serviço aponta para esse futuro, sendo um dos fatores de sua realização, ao mesmo tempo que experiências como a exposição *Independência em Risco*, censurada, apontam para outros futuros e passados potenciais, criando novas vinculações entre história e cidadania.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritaria*. Sao Paulo: Editora Unesp, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. Notas sobre a politica. In: AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a politica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 101-102.
- ALTERMAN, Eric. The decline of historical thinking. *The New Yorker*, New York, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Ax03Qn>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos. *Cafe Historia*, Brasília, DF, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3d6DfUO>. Acesso em: 1º abr. 2020.
- AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A historia (in)disciplinada: teoria, ensino e difusao do conhecimento historico*. Vitoria: Milfontes, 2019.
- ARAUJO, Valdeí Lopes de. Jose da Silva Lisboa e as narrativas da emancipacao. In: PROTASIO, Daniel Estudante. *Historiografia, cultura e politica na epoca do Visconde de Santarem (1791-1856)*. Lisboa: Centro de Historia da Universidade de Lisboa, 2019. p. 47-68.

54 CHAKRABARTY, Dipesh. The dead of history: historical consciousness and the culture of late capitalism *Public Culture*, New York, v. 4, n. 2, p. 47-65, 1992.

- AZOULAY, Ariella Aïsha. *Potencial history: unlearning imperialism*. New York: Verso, 2020.
- BASCHET, Jérôme. *Defaire la tyrannie du present: temporalites emergentes et futurs inedits*. Paris: La Decouverte, 2018.
- BORGES, Helena. Conheça os bilionarios convidados para “reformatar” a educacao brasileira de acordo com a sua ideologia. *The Intercept Brasil*, [s. l.], 4 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2CdnGOh>. Acesso em: 8 abr. 2020.
- BOUTON, Christophe. *Le temps de l'urgence*. Lormont: Le Bord de l'eau, 2013.
- BRASIL Paralelo. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/30Ixfiq>. Acesso em: 1º abr. 2020.
- BROCKLING, Ulrich. *El self emprendedor*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.
- BROWN, Wendy. *Nas ruinas do neoliberalismo: a ascensao da politica antidemocratica no Ocidente*. Sao Paulo: Politeia, 2019.
- BRUNO, Isabelle; CLEMENT, Pierre; LAVAL, Christian. *La grande mutation: neoliberalisme et education en Europe*. Paris: Syllepse, 2010.
- CAPITULO 4: Independência ou morte: Brasil: A ultima cruzada. [S. l.: s. n.], 21 dez. 2017. 1 video, (74 min.). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <https://bit.ly/30RUSVW>. Acesso em: 1º abr. 2020.
- CARDON, Dominique. *A quoi rêvent les algorithmes: nos vies a l'heure des big data*. Paris: Seuil, 2015
- CHAKRABARTY, Dipesh. The dead of history: historical consciousness and the culture of late capitalism. *Public Culture*, New York, v. 4, n. 2, p. 47-65, 1992.
- COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, Istvan (org.). *A independência brasileira: historia e historiografia*. Sao Paulo: Hucitec, 2005. p. 53-118.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razao do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Sao Paulo: Boitempo, 2016.
- FANTON, Marcos; MAIA, Tatiana Vargas. O significado do 4 de Julho para o negro, de Frederick Douglass. *Civitas*, Porto Alegre, v. 17,

- n. 2, p. e27-e59, 2017.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GAIO, Gessica Goes Guimaraes; SOUSA, Francisco Gouvea de. Desmonte ou reconstrução da universidade? Entre o capital e a democratização. *Hydra*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 104-131, 2019.
- GARCIA, Sandrine. L'Europe du savoir contre l'Europe des banques? La construction de l'espace européen de l'enseignement supérieur. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 166-167, n. 1, p. 80-93, 2007.
- GEISELBERGER, Heinrich (org.). *L'age de la regression*. Paris: Gallimard, 2017.
- GROOT, Jerome de. *Consuming history: historians and heritage in contemporary popular culture*. London: Routledge, 2019.
- GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 1994. 388 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- GUIMARAES, Manoel L. Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008. p. 393-414.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HASSAN, Robert. *Empires of speed: time and acceleration of politics and society*. Leiden: Brill, 2009.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014.
- JANCSO, Istvan; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira: 1500-2000*. Formação: histórias. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2000. p. 129-175.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC: Contraponto, 2006.

- KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23-31.
- MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 19-52.
- MARKO, Katia; CORBARI, Marcos (org.). *Independência em risco*. Candidata: Instituto Cultural Padre Josino, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2zBZKTI>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- MARTIN, Randy. *Financialization of daily life*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. Sao Paulo: Boitempo, 2011.
- MILLOT, Pierre, La reconfiguration des universités selon l'OCDE. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 148, n. 3, p. 68-73, 2003.
- MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. Sao Paulo: Hucitec, 2005.
- MOROZOV, Evgeny. *Le mirage numérique: pour une politique du big data*. Paris: Les Prairies ordinaires, 2015.
- NEVES, Lucia M. Bastos Pereira das. A linguagem política da Independência: Brasil, 1821-1823. *Pasado Abierto*, Mar del Plata, v. 2, n. 4, p. 61-85, 2016.
- NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pero Afonso Cristovao dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução a história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- NICOLAZZI, Fernando. O Brasil Paralelo entre o passado histórico e a picanha de papelão. *Sul21*, Porto Alegre, 7 abr. 2019.
- PIMENTA, Joao Paulo *et al.* A Independência e uma cultura de história no Brasil. *Almanack*, Sao Paulo, n. 8, p. 5-36, 2014.
- PIMENTA, Joao Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para o estudo da ideia de emancipação na América e sua leitura no Brasil (1808-1822). *Almanack Braziliense*, Sao Paulo, n. 11, p. 88-99, 2010.

- PIMENTA, Joao Paulo Garrido. A independência do Brasil como uma revolução: historia e atualidade de um tema classico. *Historia da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 53-82, 2009.
- PIMENTA, Joao Paulo Garrido. A Independência do Brasil: um balanço da produção historiográfica recente. In: CHUST, Manuel; SERRANO, Jose Antonio (ed.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid/Frankfurt: Ahila-Iberoamericana, 2007. p. 143-158.
- ROBERTSON, Susan L. A criação de mercados educacionais por meio de acordos comerciais globais. In: DINIZ, Julio Cesar Valladao; SCHOLLHAMMER, Kaerl Erick (org.). *Humanidades em questão: abordagens e discussões*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018. p. 99-122.
- RYCHEN, Dominique Simone; SALGANIK, Laura Hersh (org.). *Key competencies for a successful life and a well-functioning society*. Cambridge: Hogrefe & Huber Publishing, 2003.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalite algorithmique et perspectives d'émancipation: le disparate comme condition d'individuation par la relation? *Reseaux*, Marne-la-Vallee, v. 177, n. 1, p. 163-196, 2013.
- SEBASTIAN, Javier Fernandez (org.). *Conceptos politicos, tiempo e historia*. Santander: Editorial de la Universidad Cantabria, 2013.
- SEBASTIAN, Javier Fernandez (Dir.). *Diccionario politico y social del mundo iberoamericano*. Madrid: Ministerio de Cultura, 2009.
- SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? *Historia da Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 173-189, 2013.
- STRATHERN, Marilyn (org.). *Audit culture: anthropological studies in accountability, ethics and academy*. London: Routledge, 2004.
- TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal*. Copenhagen: Zazie Edicoes, 2019.
- ZUBBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; GUILHON, Luciana; MELGACO, Lucas (org.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

Recebido em: 10/04/2020 – Aprovado em: 12/05/2020